



CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

A rapidez da Internet e o fácil acesso à troca de informação começam a tornar obrigatória uma revisão das relações trabalhistas. Hoje bastam um computador e uma conexão wi-fi para estabelecer uma relação profissional. Munidos de smartphones, tablets e notebooks, profissionais passam a trabalhar de qualquer lugar, seja em casa, seja no parque ou no escritório – ambiente cada vez mais descartável. É uma mudança radical, já nomeada de “revolução do emprego flexível”. O risco, para os críticos desse movimento, pode ser o início de uma peleja entre empregadores e funcionários, com a deterioração das condições de trabalho. A cada ano, a adoção desse novo método aumenta em até 70%, em substituição à forma tradicional de bater ponto.

O economista inglês Guy Standing, autor de *O Precariado: a Nova Classe Perigosa*, livro sobre as atuais condições instáveis de trabalho, afirma que o novo método tem espalhado insegurança. Ele calcula que, em cinco anos, uma em cada três relações trabalhistas será realizada on-line. Para Standing, é urgente achar uma forma de fazer a transição sem que, no caminho, funcionários tenham direitos desrespeitados.

Já os defensores do trabalho on-line apostam que a transformação aliviará crises de desemprego, eliminará a ideia de escassez de mão de obra e fundará o conceito de meritocracia global. Funcionários não serão avaliados por quão bem se relacionam com chefes. No trabalho on-line, ninguém tem rosto e, por isso, todos passam a ser julgados apenas pela eficiência. Gostemos ou não, é irreal combatê-lo. Nas palavras do escritor George Bernard Shaw: “O homem razoável se adapta ao mundo; o insensato persiste em tentar adaptar o mundo a ele.”

(Veja. 28.10.2015. Adaptado)

01. De acordo com o primeiro parágrafo, a revolução do emprego flexível

- (A) consiste em acionar os funcionários, para que eles se reúnam nas empresas e definam as prioridades a serem seguidas.
- (B) visa a promover encontros entre grupos empresariais com o intuito de priorizar o uso de ferramentas tecnológicas no trabalho.
- (C) pretende intensificar as relações humanas no ambiente de trabalho, para que as metas sejam cumpridas mais facilmente.
- (D) oferece às empresas modelos de organização empresarial, segundo os quais os funcionários podem trocar de funções.
- (E) conta com o uso de vários instrumentos tecnológicos, que permitem ao funcionário exercer suas funções em espaços múltiplos.

02. Para o economista Guy Standing, o novo método de trabalho

- (A) pode comprometer as relações trabalhistas, além de gerar desconfiança, mas acabará por impor-se às formas tradicionais de trabalho.
- (B) desestabiliza temporariamente o modo de agir da classe trabalhadora, por isso, poderá ser rejeitado por ela.
- (C) provoca resistência entre os funcionários, porque eles desconhecem todos os benefícios que ele pode trazer-lhes.
- (D) viola os direitos trabalhistas, logo é inútil tentar encontrar um meio de convencer os funcionários a aceitá-lo.
- (E) traz perspectivas alentadoras aos trabalhadores, já que eles poderão trocar experiências entre si.

03. De acordo com a norma-padrão da concordância e da conjugação verbal, está correta a frase:

- (A) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.
- (B) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avaliem funcionários pela meritocracia.
- (C) É provável que o trabalho on-line atenua crises de desemprego e suprime a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.
- (D) É provável que o trabalho on-line atenuam crises de desemprego e suprimem a escassez de mão de obra; espera-se que se avaliam funcionários pela meritocracia.
- (E) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.

04. As lacunas da frase “O homem provido de razoabilidade adapta-se _____ circunstâncias; os que resistem _____ elas persistem em _____ adaptadas a eles.” estão, correta e respectivamente, preenchidas, de acordo com a norma-padrão, em:

- (A) as ... a ... ver elas
- (B) às ... à ... as ver
- (C) às ... a ... vê-las
- (D) as ... à ... ver-lhes
- (E) às ... à ... vê-las

05. Assinale a alternativa em que a expressão em sentido figurado é explicada corretamente, de acordo com o contexto.

- (A) Ambiente cada vez mais descartável. → Ambiente cada vez mais inóspito.
- (B) Pode ser o início de uma peleja entre empregadores e funcionários. → Pode ser o início de um consenso entre empregadores e funcionários.
- (C) O novo método tem espalhado insegurança. → O novo método tem restringido insegurança.
- (D) No trabalho on-line, ninguém tem rosto. → No trabalho on-line, ninguém se personaliza.
- (E) A transformação aliviará crises de desemprego. → A transformação suscitará crises de desemprego.

06. As expressões em destaque nas frases “**A** cada ano, a adoção desse novo método aumenta em **até** 70%, em substituição à forma tradicional de bater ponto.” e “Funcionários não serão avaliados por **quão** bem se relacionam com chefes.” assumem no contexto, respectivamente, sentido de

- (A) tempo, espaço, modo.
- (B) referência, especificidade, causa.
- (C) modo, situação, afirmação.
- (D) tempo, limite, intensidade.
- (E) limite, modo, intensidade.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 10.

Outro desdobramento do cibertrabalho é o trabalho a distância, o melhor dos mundos para o capital. Você trabalha em sua casa, onde o público e o privado se embaralham; como não há definição do que é trabalho e do que é descanso, a jornada se estende. Você fica sempre disponível e pode ser incomodado a qualquer hora por questões de trabalho, afinal você não está apenas em casa, está também no escritório. A noção de tempo desmorona com a vida privada. É uma nova modalidade de precarização permitida pela tecnologia. O pior é que virou tendência, essa é a nossa tragédia. Sou capaz de compreender o lado positivo do trabalho a distância para certo tipo de trabalhador que dispõe de “capital cultural” e acha bom ter controle sobre o próprio tempo. Mas o inverso disso é a individualização, o isolamento, o fim do trabalho coletivo e a quebra dos laços sociais.

(Ricardo Antunes (entrevista). *O Estado de S.Paulo*, 11.10.09.
<http://le marxusp.wordpress.com>. Adaptado)

07. Sobre o texto, é correto afirmar que

- (A) a noção de tempo torna-se consistente, porque, trabalhando-se em casa e não no escritório, o funcionário pode dispor do tempo como quiser.
- (B) a tecnologia permitirá ao funcionário exercer maior controle sobre a qualidade de seu trabalho, além de poder inovar sempre.
- (C) o ambiente de trabalho se descaracteriza, e o funcionário pode ser alcançado onde quer que ele esteja, situação ideal para o sistema capitalista.
- (D) o trabalho efetuado no espaço doméstico é uma prerrogativa dos que podem aliar a tecnologia para difundir a cultura.
- (E) a vida privada fica preservada, quando o funcionário exerce suas funções em casa e não se expõe nos espaços públicos.

08. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego e à colocação do pronome pessoal.

- (A) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocá-lo a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.
- (B) Não definem-se o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocar-lhe a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.
- (C) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocá-lo a qualquer momento e a ele atribuir atividades. Essa é a tragédia que acomete-nos.
- (D) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que o pode convocar a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que acomete-nos.
- (E) Não definem-se o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocar-lhe a qualquer momento e o atribuir atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Assinale a alternativa em que a primeira e a segunda barras devem ser substituídas por vírgula, e a última, por dois-pontos.

- (A) Previna-se / trabalhador contra o pior dos males do trabalho / a distância o fim / dos laços sociais.
- (B) Previna-se / trabalhador / contra o pior dos males do trabalho a distância / o fim dos laços sociais.
- (C) Previna-se trabalhador / contra o pior dos males / do trabalho / a distância o fim dos laços sociais.
- (D) Previna-se / trabalhador contra / o pior dos males do trabalho a distância o fim / dos laços sociais.
- (E) Previna-se trabalhador / contra o pior dos males / do trabalho a distância / o fim dos laços sociais.

10. Leia a tirinha e assinale a alternativa em que as duas frases são coerentes com ela, quanto ao sentido.



(<http://jeancmiranda.blogspot.com.br/2011/07/vida-moderna.html>)

- (A) O trabalho em casa é mais saudável. / A noção de tempo desmorona com a vida privada.
- (B) Os desdobramentos do trabalho devido à tecnologia. / Sou capaz de compreender o lado positivo do trabalho a distância.
- (C) A importância do trabalho na vida pessoal. / O capitalismo cooptou a tecnologia.
- (D) Homem e tecnologia: cúmplices inseparáveis. / Capital cultural e tecnologia.
- (E) A onipresença da tecnologia. / A indefinição do que é trabalho e do que é descanso.

11. A Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser classificada como

- (A) dogmática, outorgada e rígida.
- (B) histórica, promulgada e flexível.
- (C) dogmática, promulgada e rígida.
- (D) histórica, promulgada e rígida.
- (E) histórica, outorgada e flexível.

12. Em relação à intervenção do Estado no Município, é correto afirmar que

- (A) será viabilizada por meio de decreto interventivo e poderá ocorrer caso o Município deixe de pagar dívida fundada, por um ano, sem motivo de força maior.
- (B) é ato privativo do Governador de Estado, que deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa, no prazo de 24 horas, e poderá ocorrer, caso o Município não preste contas devidas, nos termos da lei.
- (C) deverá ocorrer por meio de decreto interventivo que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, dispensando-se, excepcionalmente, a submissão ao crivo da Assembleia Legislativa em casos urgentes.
- (D) deverá ser requisitada ao Tribunal de Justiça Estadual em caso de desobediência à ordem ou decisão oriunda do Poder Judiciário.
- (E) caso nomeado interventor, este administrará o Município durante o período de intervenção, em cooperação com o Prefeito, devendo prestar contas de seus atos ao Governador.

13. O Congresso Nacional, independentemente de sanção presidencial, poderá

- (A) autorizar a declaração de guerra e conceder anistia.
- (B) desmembrar áreas de Territórios ou Estados e autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.
- (C) apreciar os atos de concessão e renovação de concessões de rádios e televisão e dispor sobre planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento.
- (D) autorizar referendo, convocar plebiscito e resolver definitivamente sobre tratados e acordos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (E) autorizar o estado de sítio e fixar ou modificar o efetivo das Forças Armadas.

14. A empresa X é autuada por suposta infração administrativa. Ao consultar os autos do processo administrativo para elaboração de seu recurso, constata a existência de outro processo relacionado ao seu ao qual lhe é negado acesso, sob o fundamento de que está sob sigilo. Porém, toda a base fática que deu causa à autuação administrativa da empresa X consta desse processo “sigiloso”. Visando ter acesso a esse processo administrativo anterior, o remédio constitucional adequado a ser utilizado pela empresa X é
- (A) o *habeas data*.
 - (B) o *habeas corpus*.
 - (C) o mandado de segurança.
 - (D) o mandado de injunção.
 - (E) a ação popular.
15. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderão ser provocados
- (A) pelo Presidente da República e pelo Procurador-Geral da República ou procedidos de ofício pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) pelos Tribunais Superiores e pelo Procurador do Município, desde que a súmula vinculante em questão afete os interesses do respectivo Município.
 - (C) pelo partido político, pela confederação sindical de âmbito nacional ou procedidos de ofício pelo Presidente da República.
 - (D) pela Mesa da Assembleia Legislativa e pela entidade de classe de âmbito municipal, estadual ou nacional, desde que haja pertinência temática, ou procedidos de ofício pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) pelo Prefeito Municipal e o Governador de Estado ou do Distrito Federal ou procedidos de ofício pelo Presidente da República.
16. Assinale a afirmação correta.
- (A) O servidor público estável somente perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou sentença judicial transitada em julgado.
 - (B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, caso não seja possível o aproveitamento do servidor público estável, ele poderá ser exonerado.
 - (C) O Presidente, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais são remunerados exclusivamente por subsídio, permitido o acréscimo excepcional de adicionais, sendo, porém, vedada a inclusão de gratificações e abonos.
 - (D) Em relação aos servidores titulares de cargos efetivos dos municípios, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário e o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
 - (E) O servidor público que alcançar os requisitos para aposentaria voluntária, mas optar por continuar em atividade, receberá abono de permanência equivalente a um terço de seus proventos.
17. A ordem econômica está fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Para tanto, conforme expressão do artigo 170 da Constituição Federal de 1988, deve-se observar os seguintes princípios:
- (A) soberania nacional, defesa do consumidor e livre associação.
 - (B) função social da propriedade, igualdade e redução das desigualdades regionais e sociais.
 - (C) livre concorrência, dignidade da pessoa humana e defesa do meio ambiente.
 - (D) propriedade privada, liberdade de expressão e livre iniciativa.
 - (E) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, busca do pleno emprego e defesa do consumidor.
18. Em relação às condições de elegibilidade, é correto afirmar que
- (A) para concorrerem a outros cargos, os chefes do Poder Executivo e os parlamentares devem renunciar a seus respectivos mandatos até 6 meses antes da eleição.
 - (B) o candidato para Governador de Estado deverá ter 35 anos, ser brasileiro e ter domicílio eleitoral no Estado que pretende representar.
 - (C) o militar com menos de 10 anos de serviço que se candidata a cargo eletivo, deverá se afastar de forma definitiva da atividade militar, não podendo apenas ser agregado.
 - (D) no caso de constatação de improbidade administrativa, a depender da gravidade dos atos, a pessoa tornar-se-á inelegível pela perda dos direitos políticos.
 - (E) o analfabeto tem direito de alistabilidade, podendo, portanto, votar e ser eleito.
19. De acordo com a Constituição Federal de 1988, aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Trata-se da modalidade de usucapião
- (A) extraordinário.
 - (B) especial ou pró-moradia.
 - (C) ordinário.
 - (D) coletivo urbano.
 - (E) pró-labore.

20. São, entre outros, tipos de licitação:

- (A) tomada de preço e concorrência.
- (B) leilão e pregão.
- (C) técnica e preço e compra direta.
- (D) melhor técnica e menor preço.
- (E) empenho e menor preço.

21. Um servidor público aposentado da Prefeitura de Poá foi condenado por ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429/92, sendo apenado com a perda da função pública. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) o servidor deverá ser demitido.
- (B) o Ministério Público poderá converter a sanção em cassação de aposentadoria.
- (C) a Administração deverá instaurar inquérito administrativo visando apurar a falta e aplicar a demissão.
- (D) a Administração deverá reverter o servidor ao serviço ativo e aplicar a pena de perda de função.
- (E) a aposentadoria gerou a extinção da vinculação jurídica, não havendo a possibilidade de aplicar a sanção.

22. Um Prefeito de uma cidade do interior de São Paulo alienou vários imóveis da Prefeitura Municipal, sem qualquer autorização da Câmara Municipal. Diante dessa situação, é correto afirmar que o Prefeito

- (A) cometeu crime de responsabilidade, nos termos do Decreto-Lei nº 210/67, estando sujeito à pena de detenção.
- (B) não cometeu qualquer irregularidade, pois a alienação de bens imóveis é de competência do Chefe do Executivo, exigindo-se apenas a prévia licitação.
- (C) cometeu crime de responsabilidade, nos termos da Lei nº 8.429/92, estando sujeito à pena de detenção.
- (D) não cometeu crime de responsabilidade, pois não ficou evidenciado o dolo de alienar bens em prejuízo ao erário.
- (E) não cometeu qualquer crime, mas tão somente ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92.

23. Ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.

No que concerne ao uso de bem público, é correto afirmar que o enunciado conceitua

- (A) a autorização comum de uso.
- (B) a concessão de direito real de uso.
- (C) a permissão de uso.
- (D) a concessão de uso.
- (E) o uso extraordinário de bem.

24. No que concerne à licitação, é correto afirmar:

- (A) quando a licitação for dispensável, o administrador não poderá optar por realizá-la, mas optando deverá realizar uma tomada de preço.
- (B) nas compras de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor ou fornecedor exclusivo, a licitação será dispensada.
- (C) nos casos de emergência ou calamidade pública, a licitação será inexigível, podendo o administrador efetuar compra direta do fornecedor.
- (D) a licitação é dispensada nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, porém o processo deverá ser homologado pelo Tribunal de Contas.
- (E) a licitação é dispensada na hipótese de locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais.

25. No que concerne às formas de prestação de serviço público, é correto afirmar que:

- (A) Desconcentração é o contrato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, não integrante da Administração.
- (B) Descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.
- (C) Desconcentração é o processo interno e externo que objetiva substituir um órgão por dois ou mais, não integrantes da Administração, com a finalidade de prestação de serviço.
- (D) Descentralização é processo eminentemente interno; significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação de serviço.
- (E) Desconcentração é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

26. No tocante à anulação ou revogação do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A anulação do ato administrativo poderá ser realizada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração, operando efeitos *ex tunc* e alicerçada na oportunidade e conveniência.
- (B) A revogação do ato administrativo poderá ser realizada pela própria Administração, operando efeitos *ex tunc* e alicerçada na oportunidade e conveniência.
- (C) A anulação do ato administrativo poderá ser realizada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração, operando efeitos *ex nunc*, alicerçada em vício de legalidade.
- (D) A revogação do ato administrativo poderá ser realizada pela própria Administração, operando efeitos *ex nunc* e alicerçada na oportunidade e conveniência.
- (E) A anulação do ato administrativo poderá ser realizada somente pelo Poder Judiciário, operando efeitos *ex tunc* e alicerçada em vício de legalidade.

27. Supondo que a cidade de Poá fosse assolada por uma tempestade de grandes proporções que provocasse prejuízos materiais a toda população, sendo que, ao final das apurações, ficasse comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o nexo de causalidade, não existiu.
- (B) a municipalidade deverá ser responsabilizada civilmente, pois na hipótese de fatos imprevisíveis não há necessidade de comprovação do nexo de causalidade.
- (C) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria do risco integral.
- (D) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o fato administrativo, não existiu.
- (E) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria da culpa administrativa.

28. A desapropriação que se verifica quando a utilização da propriedade for considerada conveniente e vantajosa ao interesse público, não constituindo um imperativo irremovível (exemplos: a segurança nacional, obras de higiene, casas de saúde, assistência pública, conservação ou exploração de serviços públicos, conservação e melhoramento de vias e logradouros públicos e outros), está alicerçada no seguinte pressuposto:

- (A) necessidade urbanística.
- (B) necessidade pública.
- (C) utilidade pública.
- (D) interesse social.
- (E) utilidade estatal.

29. Sobre as obrigações de dar, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação de dar coisa certa sempre abrangerá os acessórios a ela, embora não mencionados.
- (B) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (C) Até a tradição, pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- (D) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, sem direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- (E) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, com culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

30. Acerca do que dispõe o Código Civil sobre os contratos de compra e venda, é correto afirmar que

- (A) anulável é o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (B) até o momento da tradição, os riscos da coisa e os do preço correm por conta do vendedor.
- (C) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (D) é lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- (E) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

31. São fatos jurídicos as condutas humanas ou episódios naturais que produzem efeitos jurídicos decorrentes das normas que os tutelam. Sobre a regulamentação que faz o Código Civil sobre essa matéria, é correto afirmar que

- (A) a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (B) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (C) a incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (D) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este não é da substância do ato.
- (E) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se amplamente.

- 32.** A posse é um fato jurídico relevante ao Direito, que permite a alguém fruir de determinada coisa. Com base nessa assertiva, assinale a alternativa correta sobre tal instituto.
- (A) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de todos os poderes inerentes à propriedade.
 - (B) A posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.
 - (C) Quando transmitida a posse, ela perde o seu caráter original.
 - (D) A posse indireta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não torna nula outra posse direta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
 - (E) Se isenta de qualquer vício considera-se a posse como justa.
- 33.** As telhas da igreja matriz no centro de Poá foram retiradas para reforma e restauração. Diante dessa situação, acerca da tutela de bens jurídicos, é correto afirmar que as telhas do caso
- (A) serão sempre consideradas bens móveis, independentemente de estarem fora da construção durante a reforma.
 - (B) serão consideradas como bens móveis somente durante o prazo da restauração.
 - (C) retiradas do teto da igreja, caso se resolva descartá-las na qualidade de materiais de demolição, serão consideradas bens móveis.
 - (D) serão sempre consideradas bens fungíveis.
 - (E) serão sempre consideradas bens móveis, mesmo que já estivessem recolocadas após a restauração.
- 34.** Assinale a alternativa correta sobre a passagem de água sob o enfoque das regras do direito de vizinhança.
- (A) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, pode impedir e desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
 - (B) O aqueduto impedirá que os proprietários cerquem os imóveis e construam sobre ele, sem prejuízo para a sua segurança e conservação.
 - (C) O possuidor do imóvel superior não poderá poluir as águas indispensáveis às primeiras necessidades da vida dos possuidores dos imóveis inferiores; as demais, que poluir, deverá recuperar, ressarcindo os danos que estes sofrerem, se não for possível a recuperação ou o desvio do curso artificial das águas.
 - (D) O dono ou o possuidor do prédio inferior não é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo.
 - (E) O proprietário não tem direito de construir barragens, açudes ou outras obras para represamento de água em seu prédio; se as águas represadas invadirem prédio alheio, será o seu proprietário indenizado pelo dano sofrido, deduzido o valor do benefício obtido.
- 35.** A legislação que tutela os direitos autorais determina o conceito de obra, objeto desta norma. Sobre essa classificação, é correto afirmar que obra
- (A) em co-autoria é a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma.
 - (B) anônima é aquela em que o autor se oculta sob nome suposto.
 - (C) inédita é a criação primígena.
 - (D) derivada é a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária.
 - (E) pseudônima é a que não haja sido objeto de publicação.
- 36.** Sobre o exercício da servidão, é correto afirmar que
- (A) o dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão.
 - (B) a servidão não pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente.
 - (C) o dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas suportada apenas pelo beneficiário da servidão.
 - (D) as servidões prediais são divisíveis e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das partes do prédio serviente, salvo se, por natureza ou destino, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro.
 - (E) quando a obrigação de passagem incumbir ao dono do prédio serviente, este não se exonerará abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante.
- 37.** A legislação civil traz em seu bojo diversas formas de transmissão e extinção das obrigações. Diante disso, quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor, estar-se-á diante de uma
- (A) dação em pagamento.
 - (B) confusão.
 - (C) imputação de pagamento.
 - (D) pagamento em sub-rogação.
 - (E) novação.

38. Jonas comprou um aparelho de barbear elétrico da marca Barbabos Ltda, empresa líder no mercado de eletrodomésticos, nas lojas Batucada Ltda, em Poá, cidade onde mora. Quando foi usar o barbeador, seguindo o que constava no manual de instrução, uma lâmina se soltou e fez um profundo corte em seu rosto. Diante da situação descrita, é correto afirmar que Jonas terá prazo de

- (A) noventa dias para reclamar do produto diretamente para o fabricante, por ser aplicado ao caso a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.
- (B) cinco anos para reclamar do produto, tanto para a loja quanto para o fabricante, por se aplicar ao caso a responsabilidade subjetiva pelo fato do produto.
- (C) sete dias para reclamar diante do fabricante, por ser aplicado ao caso em tela a responsabilidade objetiva pelo vício do produto.
- (D) cinco anos para reclamar perante o fabricante por ser aplicado ao caso em tela a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.
- (E) trinta dias para reclamar do produto diretamente para o fabricante, por ser aplicado ao caso a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.

39. A empresa prestadora de serviços de limpeza Brilhante Ltda, foi procurada por Manuela para que fizessem um serviço em sua fazenda, sendo que para a realização desse mister cobraria a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Diante desse quadro hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa Brilhante, caso não seja fixado outro prazo no orçamento, deverá manter o valor calculado pelo prazo de dez dias, sendo que se obrigará por esse prazo por todos os dados considerados na fixação do preço.
- (B) Não há prazo fixado em lei para que o orçamento tenha validade, sendo que a Brilhante, para se obrigar por algum lapso pelos valores estimados, deverá fazer constar expressamente o período de validade dos seus preços no orçamento.
- (C) Uma vez fixados condições e valores no orçamento, não haverá mais a possibilidade de alterar os seus termos, pois como é uma modalidade de oferta, vinculará as partes para um futuro contrato.
- (D) A empresa Brilhante, caso venha a ser contratada em decorrência do orçamento entregue, poderá cobrar da consumidora Manuela, eventuais acréscimos que advierem após realização do serviço.
- (E) A empresa Brilhante, caso não seja fixado outro prazo no orçamento, deverá manter o valor orçado pelo prazo de trinta dias, sendo que se obrigará por esse prazo por todos os dados considerados na fixação do preço.

40. Sobre a coisa julgada das ações coletivas, tuteladas pela Lei nº 8.078/90, é correto afirmar que

- (A) nas ações cujo objeto seja direito individual homogêneo, o efeito da coisa julgada será *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (B) se o objeto da ação coletiva for um direito coletivo *stricto sensu*, o efeito da coisa julgada será *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.
- (C) sendo o objeto da ação coletiva um direito difuso, o efeito da coisa julgada será *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas.
- (D) se o objeto da ação coletiva for um direito individual homogêneo, o efeito da coisa julgada será *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas.
- (E) sendo o objeto da causa um direito difuso, o efeito da coisa julgada será *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

41. Suspende-se o processo

- (A) quando o juiz indeferir a petição inicial.
- (B) por motivo de força maior.
- (C) pela convenção de arbitragem.
- (D) quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- (E) quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.

42. Considerando que o Código de Processo Civil autoriza o juiz a conhecer de ofício a prescrição, assim como prevê procedimento para a ação de usucapião, assinale a alternativa correta.

- (A) Também poderá declarar de ofício a prescrição aquisitiva e reconhecer a usucapião.
- (B) Reconhecerá de ofício a prescrição aquisitiva da usucapião, em qualquer processo em que a Fazenda Pública for parte.
- (C) Independentemente da natureza da ação, poderá reconhecer de ofício a usucapião, desde que ouvido o Ministério Público.
- (D) A natureza jurídica da aquisição da propriedade pela prescrição aquisitiva impõe a obrigação de seu reconhecimento de ofício.
- (E) Ao juiz só é possível reconhecer de ofício a prescrição de natureza extintiva de direito.

43. Serão ouvidos como prova em audiência na seguinte ordem:

- (A) perito e assistentes técnicos; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- (B) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; perito e assistentes técnicos.
- (C) perito e assistentes técnicos; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
- (D) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; perito e assistentes técnicos; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- (E) testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; perito e assistentes técnicos; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.

44. Sobre a ação monitoria, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é admissível a ação monitoria fundada em cheque prescrito.
- (B) Não cabe ação monitoria contra a Fazenda Pública.
- (C) A reconvenção é cabível na ação monitoria, após a conversão do procedimento em ordinário.
- (D) Não se admite a citação por edital em ação monitoria.
- (E) É possível a conversão da ação de execução em ação monitoria, de ofício ou a requerimento das partes, após ocorrida a citação.

45. Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções fiscais de valor igual ou inferior a 50 OTN, conforme a Lei nº 6.830/80, que trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, caberá

- (A) mandado de segurança.
- (B) agravo de instrumento.
- (C) apelação.
- (D) embargos infringentes.
- (E) recurso especial.

46. Sobre os embargos de terceiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O proprietário, sem posse, tem legitimidade para ajuizar, com fundamento no direito de propriedade, embargos de terceiro.
- (B) Não são cabíveis para o credor com garantia real obstar alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese.
- (C) Podem ser opostos a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado da ação que retira a posse do bem pertencente ao embargante.
- (D) O cônjuge não tem legitimidade para defender sua meação por meio de embargos do devedor na constância do casamento.
- (E) O condômino que não for parte na ação possessória tem legitimidade ativa para ingressar com embargos de terceiro.

47. Há conflito de competência quando

- (A) entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- (B) em caso de incompetência absoluta, um juiz aceita a causa e determina a citação do réu.
- (C) em matéria de competência relativa, o réu não arguir por exceção essa questão, mas em contestação.
- (D) não deduzida em contestação, for reconhecida de ofício a incompetência absoluta.
- (E) a ação for proposta em foro contrário ao convencionado em contrato, podendo o juiz reconhecê-la de ofício.

48. Contra acórdão que reduz o valor do dano moral fixado em sentença por maioria, sendo que o terceiro juiz pretendia aumentá-la, assinale a alternativa correta que responde se é possível e qual o recurso que seria cabível para prevalecer o valor menor indicado pelo voto vencido.

- (A) Sim, embargos de declaração.
- (B) Sim, agravo regimental.
- (C) Sim, embargos infringentes.
- (D) Sim, recurso especial.
- (E) Não há recurso cabível para a pretensão.

49. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista.
- (B) São admissíveis embargos infringentes no processo de mandado de segurança.
- (C) Em mandado de segurança não cabe condenação em honorários advocatícios.
- (D) Descabe concessão de liminar quando o mandado de segurança tem por escopo ato jurídico praticado pelo chefe do Poder Executivo.
- (E) O litisconsorte ativo poderá ingressar no feito até a prolação da sentença.

50. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

O enunciado corresponde ao princípio da

- (A) irretroatividade.
- (B) uniformidade geográfica da tributação.
- (C) anterioridade.
- (D) isonomia.
- (E) anualidade.

51. Segundo a Constituição Federal do Brasil, a União, no exercício da sua competência residual, poderá instituir, mediante lei

- (A) complementar, impostos não previstos na sua competência originária, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- (B) ordinária, na iminência ou no caso de guerra externa, empréstimos compulsórios, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (C) ordinária, impostos não previstos na sua competência originária, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- (D) ordinária, empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (E) complementar, impostos não previstos na sua competência originária, desde que sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

52. Por força constitucional, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre

- (A) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários e operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- (B) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- (D) propriedade predial e territorial urbana e transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- (E) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e renda e proventos de qualquer natureza e transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

53. A obrigação tributária principal, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN),

- (A) surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (C) surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (D) decorre do fenômeno jurídico da subsunção e tem por objeto as prestações negativas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (E) surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse do sujeito passivo da obrigação tributária.

54. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data

- (A) da sua constituição definitiva.
- (B) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- (D) da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- (E) em que tenha sido iniciada a constituição do crédito pela notificação.

DIREITO FINANCEIRO

55. Segundo a Legislação Federal, são Receitas de Capital as

- (A) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- (B) subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- (C) subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastor.
- (D) dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- (E) dotações destinadas à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

56. De acordo com a Lei nº 4.320/64, o empenho de despesa é

- (A) o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.
- (B) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (C) a dotação destinada a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
- (D) o pagamento da despesa efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.
- (E) a dotação destinada ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

57. Consoante estabelece a Lei que disciplina as Normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e outras providências, considera-se obrigatório de caráter continuado
- (A) a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
 - (B) o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
 - (C) a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (D) a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas que deverá ser autorizada por lei específica.
 - (E) a receita corrente líquida apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
58. Preceitua a Constituição Federal do Brasil que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Assim, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
- (A) 50% (cinquenta por cento) para a União, 60% (sessenta por cento) para os Estados e 60% (sessenta por cento) para os Municípios.
 - (B) 60% (sessenta por cento) para a União, 50% (cinquenta por cento) para os Estados e 50% (cinquenta por cento) para os Municípios.
 - (C) 40% (quarenta por cento) para a União, 50% (cinquenta por cento) para os Estados e 50% (cinquenta por cento) para os Municípios.
 - (D) 50% (cinquenta por cento) para a União, 50% (cinquenta por cento) para os Estados e 50% (cinquenta por cento) para os Municípios.
 - (E) 30% (trinta por cento) para a União, 40% (quarenta por cento) para os Estados e 40% (quarenta por cento) para os Municípios.
59. Segundo a lei que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal do Brasil, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns entre outras providências determina que o prazo de validade das propostas será de
- (A) 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (B) 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (C) 45 (quarenta e cinco) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (D) 120 (cento e vinte) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (E) 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- DIREITO PENAL**
60. Considera-se praticado o crime no momento
- (A) do resultado.
 - (B) em que o agente inicia os atos preparatórios.
 - (C) em que o agente cogita e planeja a prática criminosa.
 - (D) da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
 - (E) da ação ou omissão, bem como no momento em que se produziu o resultado.
61. A contagem de prazo em matéria penal dá-se do seguinte modo:
- (A) o dia do começo e o último excluem-se do cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário forense.
 - (B) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário forense.
 - (C) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
 - (D) o dia do começo exclui-se do cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário forense.
 - (E) o dia do começo exclui-se do cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
62. O crime de exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica, do art. 282 do CP, também é punido com multa se o crime
- (A) é praticado reiteradamente.
 - (B) é praticado com o fim de lucro.
 - (C) é praticado em concurso de pessoas.
 - (D) resulta em lesão corporal grave ou gravíssima.
 - (E) resulta em enfermidade incurável ou perigo de vida.

63. O documento emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular, para fins de falsidade, são equiparados a
- (A) atos oficiais da União, de Estado ou de Município.
 - (B) sinais públicos.
 - (C) selos públicos.
 - (D) documentos particulares.
 - (E) documentos públicos.
64. A fim de evitar o cumprimento de reintegração de posse, indivíduo lança pedras contra Oficial de Justiça que está dando cumprimento ao respectivo mandado judicial. Tal conduta configura o crime de
- (A) desacato.
 - (B) resistência.
 - (C) desobediência.
 - (D) arremesso de projétil.
 - (E) usurpação de função pública.

DIREITO ELEITORAL

65. Usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos,
- (A) não constitui crime eleitoral, mas mero constrangimento.
 - (B) não constitui crime eleitoral, por falta de tipificação.
 - (C) constitui crime eleitoral, punido com advertência.
 - (D) constitui crime eleitoral, punido com detenção.
 - (E) constitui crime eleitoral, punido com reclusão e multa.
66. Quanto aos erros formais ou materiais que no conjunto da prestação de contas não comprometam o conhecimento da origem das receitas e a destinação das despesas, assinale a alternativa correta.
- (A) Não acarretarão a desaprovação das contas.
 - (B) Suspendarão a apreciação das contas pelo Tribunal Regional Eleitoral.
 - (C) Implicarão a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário.
 - (D) Acarretarão na aplicação de multas e penalidades pecuniárias.
 - (E) Implicarão na devolução da importância apurada no erro.

67. Sobre o financiamento de partidos políticos, assinale a alternativa correta.
- (A) As doações de recursos financeiros podem prescindir da identificação do doador.
 - (B) O partido pode receber doações de pessoas físicas e jurídicas para formar seus fundos.
 - (C) Não se aceitarão transferência eletrônica de depósitos, por expressa disposição legal.
 - (D) A emissão de recibo eleitoral para cada doação realizada depende da aprovação das contas pelo TRE.
 - (E) Em ano eleitoral, não se receberão doações de pessoas jurídicas, exceto em caso de força maior.
68. Quando o filiado pretende desligar-se do partido político, é necessário
- (A) comunicar ao partido a falta de interesse na filiação, sem demais formalidades.
 - (B) deixar de pagar sua contribuição partidária por três meses consecutivos, independentemente de outras formalidades.
 - (C) deixar de comparecer a três assembleias ordinárias ou extraordinárias, o que acarreta sua desfiliação tácita.
 - (D) comunicar por escrito ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
 - (E) protocolizar pedido de desfiliação partidária junto ao órgão estadual de direção.
69. A nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados pode ser feita até
- (A) um mês que antecede o pleito.
 - (B) dois meses que antecedem o pleito.
 - (C) três meses que antecedem o pleito.
 - (D) dois meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos.
 - (E) três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS,
COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

70. A Lei nº 6.938/81 traça as diretrizes da Política Nacional do Meio ambiente. Acerca dos conceitos introduzidos por essa lei, é correto afirmar que

- (A) meio ambiente é a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- (B) recursos ambientais são o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- (C) degradação da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente.
- (D) poluição é a alteração adversa das características do meio ambiente.
- (E) degradação é apenas o que afeta desfavoravelmente a biota.

71. Assinale a alternativa que traz corretamente um dos requisitos urbanísticos que devam ser atendidos para ser feito um loteamento, nos termos da Lei nº 6.766/79.

- (A) As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
- (B) Os lotes terão área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 6 (seis) metros, salvo quando o loteamento destinar-se a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (C) Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 10 (dez) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
- (D) As vias de loteamento não necessariamente deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, mas com elas devem harmonizar-se.
- (E) A legislação estadual definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.

72. O Código Florestal determinou regras acerca da Exploração Florestal, sendo que o Plano de Manejo Florestal Sustentável deve aprovar qualquer ato que possa atentar contra as florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado.

Sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), é correto afirmar que

- (A) a aprovação do PMFS pelo órgão competente do Sisnama confere ao seu detentor a licença ambiental para a prática do manejo florestal sustentável, aplicando-se outras etapas de licenciamento ambiental.
- (B) o detentor do PMFS encaminhará relatório anual ao órgão ambiental competente com as informações sobre toda a área de manejo florestal sustentável e a descrição das atividades realizadas.
- (C) o PMFS será submetido a vistorias técnicas mensais apenas para fiscalizar as operações desenvolvidas na área de manejo.
- (D) para fins de manejo florestal em toda a propriedade ou posse rural familiar, independentemente de sua área, os órgãos do Sisnama deverão estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação dos referidos PMFS.
- (E) não são obrigadas à reposição florestal as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa.

73. Marcos é um adolescente de 15 anos e foi diagnosticado como portador de transtorno do espectro autista. Sua mãe, pretendendo incluí-lo na sociedade, tentou matriculá-lo na única escola da sua cidade, sendo que a diretora da instituição negou-se a fazê-lo, alegando não ter condições de mantê-lo junto aos demais alunos por não possuir técnica para cuidar especificamente de um estudante com tal transtorno. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) agiu corretamente a diretora, tendo em vista que ela pode negar a matrícula dos alunos portadores de transtorno do espectro autista, dado o fato de não possuir condições técnicas para lidar com essa situação na escola.
- (B) agiu incorretamente a diretora, não havendo qualquer punição legal prevista para sua atitude.
- (C) os portadores de transtorno do espectro autista não são protegidos por lei especial, e dessa forma, para que a matrícula de Marcos fosse realizada, era necessário um laudo médico autorizando a sua inclusão no ambiente escolar.
- (D) agiu de maneira incorreta a diretora, sendo que poderá ser multada por sua atitude num valor que varie entre três e vinte salários-mínimos vigentes.
- (E) agiu de maneira incorreta a diretora, sendo que a única punição prevista em lei especial sobre o tema, é a perda do cargo em caso de escolas públicas.

74. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Está(ão) sujeito(s) à outorga pelo Poder Público da utilização dos recursos hídricos:

- (A) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- (B) as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.
- (C) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, se tratados, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- (D) as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.
- (E) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

75. Sobre a classificação de resíduos sólidos prevista na Lei nº 12.305/10, é correto afirmar que resíduos

- (A) de limpeza urbana são os originários de atividades domésticas em residências urbanas.
- (B) domiciliares são os originários de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.
- (C) dos serviços públicos de saneamento básico são os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
- (D) da construção civil são os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.
- (E) de serviços de saúde são os gerados nos processos produtivos e instalações industriais.

76. Nos termos da Lei Orgânica nº 1, de 26 de março de 1990, o Município de Poá manterá seu sistema de ensino em colaboração com a União e o Estado, sendo correto afirmar que

- (A) o Município atuará, prioritariamente, no ensino fundamental, médio e superior, dirigido a crianças de zero a seis anos e a adolescentes de doze a dezoito anos.
- (B) os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências e as transferências específicas da União e do Estado.
- (C) o Município atuará, prioritariamente, no ensino fundamental e médio, dirigido a crianças de zero a seis anos e a adolescentes de doze a dezoito anos.
- (D) os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão vinte e cinco por cento, no máximo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências e as transferências específicas da União e do Estado.
- (E) o Município atuará, exclusivamente, no ensino fundamental, dirigido a crianças de zero a quinze anos.

77. Nos termos da Lei Orgânica nº 1, de 26 de março de 1990, integram o atendimento ao educando

- (A) os programas suplementares de material didático escolar, alimentação e assistência à saúde.
- (B) os recursos destinados pelo Governo Estadual para o Programa Mais Trabalho Mais Oportunidades.
- (C) os Programas Minha Casa Minha Vida e suplementares de alimentação.
- (D) os recursos destinados pelo Governo Federal para o Programa Mais Educação.
- (E) os Programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e suplementares de material didático escolar.

78. Nos termos da Lei nº 3.718/2014, são requisitos básicos para investidura em cargo público, entre outros, os seguintes:

- (A) gozo dos direitos políticos e idade mínima de 17 (dezesete) anos.
- (B) nível médio de escolaridade e quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- (C) aptidão física e mental e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- (D) a nacionalidade brasileira e nível superior de escolaridade.
- (E) aptidão física e mental e idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

79. Com relação ao Processo Administrativo Disciplinar é correto afirmar que

- (A) será conduzido por comissão processante composta de cinco servidores efetivos e estáveis.
- (B) a comissão processante, quando permanente, deve ser renovada, no mínimo, a cada 6 (seis) anos.
- (C) será instaurado, obrigatoriamente, após prévia sindicância, mesmo quando a autoria dos fatos for conhecida.
- (D) o Presidente da comissão processante poderá requisitar a presença da Guarda Civil Municipal, caso seja necessário manter a ordem e a segurança das audiências.
- (E) o prazo para a sua conclusão será de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da instauração dos serviços da comissão.

80. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poá, toda matéria legislativa de sua competência será objeto de Projeto de Lei e toda matéria administrativa ou político-administrativa, sujeita à deliberação da referida Câmara, será objeto de projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo.

Neste sentido, constitui matéria de Projeto de Resolução:

- (A) aprovação ou rejeição das contas do Poder Executivo.
- (B) cassação e extinção do mandato de vereador e prefeito municipal.
- (C) destituição de membro de Comissão e da Mesa da Câmara.
- (D) suspensão dos efeitos dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar.
- (E) assuntos de economia interna da Câmara Municipal.

